

FMI condiciona acordo à aprovação da CPMF

Economista do Fundo diz que país deve elevar juro. Para Jeffrey Sachs, Fundo não vai salvar o Brasil

Maria Luiza Abbott

• BRASÍLIA e SÃO PAULO. O acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI) já está fechado, mas só deverá ser anunciado amanhã, caso o aumento da alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) para 0,38% seja aprovado pela comissão especial da Câmara que trata do tema. A votação está prevista para hoje, e o Governo espera que a CPMF passe sem dificuldades. Mas o novo programa do Brasil só será submetido à diretoria do FMI depois dos dois turnos de votação da CPMF no plenário.

Governo conta com aprovação de CPMF no primeiro turno

No calendário do Governo, a contribuição deve ser aprovada em primeiro turno no dia 10 e em segundo turno no dia 17. Se essa programação for confirmada, a diretoria do Fundo deve se reunir no dia 23 e aprovar o novo acordo com o Brasil, que permitirá a liberação da segunda parcela de pouco mais de US\$ 9 bilhões do empréstimo de ajuda

externa. Para atender a esse cronograma, o Governo decidiu se empenhar em garantir os votos necessários à aprovação da CPMF na Câmara. A contribuição vai dar ao Governo receita de R\$ 16 bilhões por ano, o que torna sua aprovação indispensável para o esforço de ajuste fiscal acertado com o Fundo.

Segundo fonte que acompanha as negociações, o FMI aprendeu com a derrota da medida provisória que instituiu a cobrança de contribuição para a Previdência dos inativos. O primeiro acordo foi aprovado pela diretoria da instituição antes da implementação das medidas de ajuste porque a equipe econômica dava como certa a aprovação pelo Congresso. A derrota da medida dos inativos foi decisiva para a perda de credibilidade do país e, por isso, a diretoria do Fundo não quer aprovar o acordo antes que a CPMF esteja definitivamente aprovada pelo Câmara.

Ontem, o economista-chefe do FMI, Michael Mussa, disse à agência Reuters que o Brasil poderá ter de aumentar os juros se o real continuar se desvalorizando. Ainda assim, previu que, no final

deste ano, as taxas estariam em níveis inferiores aos registrados no fim de 98.

Sachs diz que Brasil ainda não tem uma política realista

O economista americano Jeffrey Sachs, diretor-assistente para desenvolvimento internacional da Universidade de Harvard, fez ontem duras críticas ao diretor-geral do FMI, Michel Camdessus, e à equipe econômica brasileira. Segundo ele, o diretor do FMI não tem credibilidade internacional e deveria renunciar ao cargo. Com relação ao Brasil, Sachs afirmou que o Governo ainda não apresentou uma política realista para resolver os problemas econômicos do país.

— O FMI não vai salvar o Brasil e o país tem de tentar salvar a si mesmo — disse em entrevista à rádio Eldorado.

Segundo Sachs, a equipe econômica esperou demais para desvalorizar o real. Isso fez com que as reservas, que um ano atrás eram de US\$ 70 bilhões, “caíssem para US\$ 25 bilhões agora”. Os investidores estrangeiros, segundo Sachs, perderam a confiança no país exatamente por isso.

O economista destacou que, desde a desvalorização do real, o Governo ainda não apresentou uma estratégia nova. A mudança no câmbio, segundo Sachs, deveria ter sido gradual e começado há pelo menos dois anos:

— O grande erro do Brasil foi defender a moeda com alta taxa de juros e com desperdício das reservas brasileiras. Foram perdidos com isso US\$ 45 bilhões de reservas.

Para Sachs, o Governo brasileiro está mantendo a taxa de juro alta devido à política do FMI. Mas Sachs acredita que essa não é uma boa solução. Para ele, acordos como este — seja com o Brasil ou com outros países — “nunca dão certo”. O economista disse que a equipe econômica deveria reduzir o juro e fazer negociação direta com os bancos credores para obter novas linhas de crédito. ■

COLABOROU: *Wagner Gomes,*
da Agência O GLOBO

• FIESP CRITICA JURO ALTO E CONDENA ELEVACÃO DO COMPULSÓRIO, *página 20*